

Saneamento: SP e MG e RS rejeitam mudanças

Saneamento Reação à decisão de Lula

Decreto que mudou marco produz racha nos Estados

CAROLINE ARAGAKI

Os decretos assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudando o Marco Geral do Saneamento provocaram um racha na Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe). A Sabesp, de São Paulo, a Copasa, de Minas Gerais, e a Corsan, do Rio Grande do Sul, anunciaram ontem sua desfiliação da entidade. Os governadores Tarcísio de Freitas (do Republicanos), Eduardo Zema (Novo) e Eduardo Leite (PSDB) são de partidos que estão na oposição ao governo federal.

Com as alterações feitas por Lula, foi aberto um caminho pa-

ra que estatais estaduais continuam operando os serviços de água e esgoto sem licitação, por meio dos chamados contratos de programa – quebrando um dos fundamentos da lei sancionada em 2020, que busca atrair investimentos privados.

Em nota do governo paulista, a Sabesp afirma que a visão da Aesbe seria alinhada a instrumentos políticos e seria contrária à necessidade de segurança jurídica para o setor, sendo incoerente com o avanço do saneamento no Brasil. Ainda segundo a nota, a Sabesp “preza pela eficiência e governança para proporcionar investimentos em saneamento, sejam privados ou públicos”.

Sabesp e Copasa são empresas de capital misto, com controle dos governos estaduais, mas com capital aberto. São há anos candidatas a um processo de privatização. No caso da

Recuo
Mudanças determinadas pelo governo abrem caminho para operação de estatais sem licitação

Sabesp, Tarcísio de Freitas anunciou na quarta-feira passada que vai assinar contrato com a IFC, agência do Banco Mundial (Bird), para realização de estudos sobre uma pos-

sível privatização da companhia. Essa venda poderia acontecer no próximo ano.

REAÇÃO. Como antecipou o *Estado/Broadcast*, o Congresso já se articula para derrubar as alterações feitas por Lula via decreto – movimento que une partidos da oposição e até da base de apoio do governo no Legislativo.

O deputado Fernando Monteiro (PP-PE), aliado do governo, vai apresentar dois projetos que anulam por inteiro os efeitos das regras editadas pelo presidente. O conteúdo, porém, pode ser alterado para derrubar apenas alguns trechos. Uma proposta

como essa precisa ser aprovada por maioria simples na Câmara e no Senado.

Logo após a assinatura dos decretos, na quarta-feira passada, o secretário executivo da Aesbe, Sérgio Gonçalves, chegou a dizer que as mudanças eram positivas. “As nossas proposições não foram todas atendidas, porém, já foi um importante passo dado. É um momento muito importante para a Aesbe e suas associadas, que passaram os últimos seis anos em uma situação de muita pressão”, disse ele. “Mas, desde a atuação da equipe de transição do governo Lula, passamos a participar dos debates e a ser ouvidos.” ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 3